

ONDE RECLAMAR SEUS DIREITOS OU PEDIR ORIENTAÇÕES:

MINISTÉRIO PÚBLICO - é um órgão autônomo que tem como missão proteger os direitos coletivos, como o direito à não discriminação e o direito de acesso às informações, serviços, ações e insumos de saúde sexual e reprodutiva. Busque o Ministério Público do seu estado.

OUVIDORIAS - serviços existentes em órgãos públicos e privados que servem para acolher denúncias e reclamações, oferecer informações e orientações sobre seus direitos. Quem quiser pode também usar a ouvidoria para acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados. Os principais serviços podem ser acessados por telefone:



Caso seus direitos sejam violados, ligue para o Disque Direitos Humanos. A ligação é gratuita, as denúncias são anônimas e podem ser sigilosas.



Um canal de diálogo entre usuárias/os e a gestão pública de saúde. O objetivo é garantir que o direito à saúde não seja violado e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo SUS.



A Central de Atendimento à Mulher orienta sobre os direitos e serviços públicos para as mulheres em todo o país. A ligação é gratuita.



FAÇA VALER OS SEUS DIREITOS!



WWW.MAISDIREITOSMENOSZIKA.ORG

PARCEIROS



Organização Pan-Americana da Saúde



Organização Mundial da Saúde
Escritório Regional para as Américas



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

APOIO



Fundo de População das Nações Unidas

[Facebook.com/unfpabrazil](https://www.facebook.com/unfpabrazil) [Twitter.com/unfpabrazil](https://twitter.com/unfpabrazil) [YouTube.com/unfpabrazil](https://www.youtube.com/unfpabrazil)

“TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE E DIREITOS...”

Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana (1948)

Somos iguais e podemos gozar, sem qualquer diferença entre nós, dos direitos e liberdades estabelecidos no documento “Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana”, aprovado pelo Brasil e outros países que fazem parte da ONU (Organização das Nações Unidas).

As instituições públicas são responsáveis por respeitar, proteger e garantir o cumprimento dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para cada pessoa.

Exercer plenamente nossos direitos significa poder decidir livremente por nossas opções de vida.

Mas não basta poder decidir - é preciso também ter informação para tomar a melhor decisão, e ter os meios para levar as decisões adiante.

A SAÚDE É UM DIREITO FUNDAMENTAL!

Todas as pessoas têm o direito a uma vida saudável, com acesso à água tratada e saneamento, acesso à informação em linguagem fácil de entender, acesso à prevenção e tratamento de doenças, além do acesso a serviços de saúde gratuitos e de qualidade,

que respeitem as usuárias e usuários em sua diversidade.

Profissionais de saúde devem atender as pessoas em local apropriado, reservado (privacidade) e têm que manter segredo sobre o que for conversado durante a consulta. Só podem contar o que foi dito se você permitir ou se houver danos à sua saúde ou à saúde de outras pessoas (confidencialidade).

DIREITOS SEXUAIS

O sexo faz parte da nossa saúde e bem-estar. Temos o direito de viver e desfrutar a nossa sexualidade de modo seguro, saudável, sem risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, sem constrangimentos, sem violência ou discriminação, independentemente da cor, raça, idade, religião, situação econômica, situação de saúde ou orientação sexual. As escolhas de cada um/a de nós devem ser respeitadas.

ISSO INCLUI:

→ Direito à educação em sexualidade, para que possamos conhecer nossos corpos e fazer escolhas com base nesse conhecimento.

→ Direito à liberdade e autonomia sobre nossos corpos, em todas as fases do ciclo da vida - adolescência, vida adulta, terceira idade.

→ Direito ao acesso à camisinha masculina ou feminina gratuita na rede pública de saúde.

DIREITOS REPRODUTIVOS

Da mesma forma, temos o direito de decidir sobre nossa vida reprodutiva. A decisão sobre ter ou não filhas e filhos, quantas crianças ter e em que momento das nossas vidas tê-las é um direito fundamental das mulheres e dos casais. É o direito ao **PLANEJAMENTO REPRODUTIVO**, para que só engravidem as mulheres que querem engravidar, na hora que desejarem.

OS DIREITOS REPRODUTIVOS INCLUEM:

→ Direito ao bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo.

→ Direito ao acesso a todos os métodos contraceptivos e conceptivos disponíveis na rede de saúde.

→ Direito das mulheres a uma gravidez planejada e a um parto seguro.

DIREITOS REPRODUTIVOS E ZIKA

Conhecer nossos direitos reprodutivos é a melhor maneira de fazer as escolhas certas. E com a epidemia de Vírus Zika essa decisão se tornou ainda mais importante, já que a doença pode ter impacto direto sobre nossas vidas:



se o Zika infectar uma mulher grávida a criança pode nascer com malformação, como a microcefalia.

Por causa do Zika, muitas mulheres e casais estão adiando sua decisão de ter filhos, e quem quer engravidar precisa tomar alguns cuidados para ter uma gravidez segura.

Quem quer adiar a gravidez tem o direito de ter acesso às informações e contraceptivos gratuitos nos serviços públicos de saúde, para exercer sua decisão;

Quem quer engravidar agora precisa se proteger do Zika, evitando a picada do mosquito (com repelentes, roupas compridas e mosquiteiros) e evitando o sexo desprotegido durante a gravidez. Lembre-se! O Zika também é transmitido pelo ato sexual, então use camisinha durante toda a gravidez. Busque as informações e camisinhas nos serviços públicos de saúde.